



GT 13. Antropologia dos direitos e das moralidades: Estado, "violência" e

Coordenador(es):

Flavia Medeiros Santos (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Lucia Eilbaum (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O GT debaterá práticas, sentidos e valores associados a processos de configuração da “violência de estado” nas suas dimensões políticas, sociais e morais. Consideramos “violência” como categoria local, relacional e polissêmica, interessando discutir etnografias que analisem processos e/ou casos classificados como violência e como esta categoria têm efeitos na produção de direitos, moralidades e nas práticas de intervenção estatal e/ou paraestatal. O GT terá como questões: como se constroem práticas e moralidades em torno da categoria violência de estado?; como são criados, manipulados, incorporados, legitimados e/ou naturalizados dispositivos que resultam em processos e/ou casos definidos como violência de estado?; como se estabelecem movimentos sociais e processos políticos de demanda por direitos humanos e luta contra a violência de estado?; como casos denunciados como violência de estado repercutem? Esperamos trabalhos que analisem a relação entre violência de estado e direitos humanos, sua profundidade e continuidade histórica e categorias que lhe dão forma em processos sociais singulares. Em especial, etnografias que discutam práticas estatais e dispositivos de intervenção (burocráticos, judiciais, policiais, administrativos); processos de demandas e mobilização por direitos, considerando regimes políticos distintos e; contextos de demanda por justiça, verdade, memória, reparação, e denúncia de violência institucional, extermínio, terrorismo de estado e genocídio.

Assimetrias em uma "guerra que chega aos céus": Drones, helicópteros e estratégias de (contra)vigilância em favelas cariocas

Autoria: Apoenia Dias Mano (USP - Universidade de São Paulo), PALLOMA VALLE MENEZES

Nas favelas cariocas, uma análise heurística e etnográfica do mais recente fracasso na área de segurança pública possibilita compreender efeitos e continuidades das experiências regidas pela gramática das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). No histórico de intervenções policiais em favelas cariocas, diversas críticas vêm sendo desenvolvidas em torno de abusos e violações de direitos pela utilização de veículos blindados armados percorrendo ruas estreitas e também helicópteros blindados sobrevoando o céu e realizando disparos arbitrários em direção a corpos e vidas. Mais recentemente, além do acionamento de um repertório prático-discursivo de “abates” e “tiros na cabecinha”, o governador eleito para o mandato 2019-2022 no estado do Rio de Janeiro tornou-se reconhecido por uma performance adotada na ocasião de sua eleição: viajou para Israel com uma comitiva do poder executivo em busca de “drones que atiram”. Militarização das vidas pode ser entendido como um processo de justificativa moral-ideológica onde a doutrina securitária passa a ser a principal organizadora da vida social pela extensão de ideais militarizados de rastreamento, identificação e seleção em espaços e meios de circulação da vida cotidiana - em convergências e particularidades sob uma escala global de um “urbanismo militarizado”. Epistemologicamente, este fenômeno pode ser analisado com apoio sobre diversos estudos em torno da violência urbana carioca e também de maneira complementar a noções de Veena Das e Achille Mbembe: favelas situacionalmente definidas como margens do Estado e alvos de uma necropolítica direcionada a corpos racializados e periféricos. Nesse work, propomos fazer uma leitura etnográfica daquilo que foi chamado por veículos midiáticos como “uma guerra que chega aos céus” - pela utilização policial de drones e helicópteros em diferentes estratégias de confinamento em torno das vidas e corpos em favelas como a



Santa Marta e a Cidade de Deus. Em continuidade, é discutido e apresentado o surgimento de uma estratégia de contra-vigilância a partir do "Santa Marta Alerta", um conjunto de grupos de Whatsapp criado por uma liderança local para comunicação entre os moradores da favela. Neste quadro de assimetrias, é oportuno observar as diferentes formas de monitoramento, vigilância e violência que se compõem em uma verticalização securitária em direcionamento ao que chamamos de uma "atmosfera de asfixia": múltiplas sensações de confinamento que devem ser analiticamente compreendidas em dimensões objetivas, subjetivas e políticas.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: